



GT 15. Antropologia, Performances e Patrimônios: saberes insubmissos

Coordenador(es):

Paulo Jorge Pinto Raposo (ISCTE)

Scott Head (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Sessão 1

Debatedor/a: Izabela Maria Tamaso (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Sessão 2

Debatedor/a: Filipe Marcelo Correia de Brito Reis (ISCTE)

Sessão 3

Debatedor/a: Renata de Lima Silva (UFG - Universidade Federal de Goiás)

O GT tem por objetivo reunir de comunicações que incorporem reflexões antropológicas sobre as dimensões performativas e imateriais da cultura, notadamente a relacionada a processos de patrimonialização. Interessa-nos (1) entender como se evidenciam diálogos tensos e negociações entre saberes insubmissos, insurgentes e subalternos, materializados em performances culturais e cenários institucionalizados, que acionam a patrimonialização; (2) observar dinâmicas entre patrimônio(s) e performance(s) explorando as dimensões criativas e processos de objetificação cultural de repertórios culturais menos visibilizados ou minoritários; ou as tensões entre expressões culturais de natureza performática (festas, rituais, formas estéticas) e dinâmicas contemporâneas de classificação dessas formas expressivas, marcadas por resistências anti-patrimoniais ou processos insurgentes de empoderamento; (3) entender como formas de exibição dessas manifestações expressivas da cultura se dinamizam através de propostas insubmissas - museus, galerias, no espaço público, eventos ou plataformas virtuais - visando produzir formas mais ou menos canônicas de cultura. Pretendemos pensar criticamente os limites e as dimensões imateriais da cultura e da produção cultural do real. Serão bem vindas propostas em diversos formatos, contribuindo para uma certa descolonização na transmissão de ciência, seja pela tradicional comunicação oral, pelo ensaio audiovisual, instalação comentada ou conferência-performativa.

Entre empoderamentos e assujeitamentos: as políticas do Patrimônio Imaterial e seus impactos nos grupos da Cultura Popular na Festa de Santo Antônio em Barbalha/CE

Autoria: Cicera Tayane Soares da Silva (UFRN), Julie Antoinette Cavignac

Por volta dos anos 2000, as políticas que viabilizaram a patrimonialização, sobretudo, de cunho imaterial, exerceram grandes impactos nos grupos da cultura popular. Nesse momento, havia-se o reconhecimento de diversos grupos de tradição, formas de expressão e celebrações que receberam recursos públicos para sua manutenção. No entanto, com o cenário político que se instaurou desde 2016 e segue até o presente momento, esses investimentos foram aos poucos, sendo comprimidos ou até mesmo aniquilados. A presente comunicação busca refletir sobre as políticas de patrimonialização na Festa de Santo Antônio, que ocorre no interior do Ceará. Tal festejo, foi registrado como patrimônio imaterial no ano de 2015. Através disso, o presente work busca pensar a festa através de duas categorias; a do empoderamento e/ou assujeitamento dos grupos populares perante o seu registro enquanto um bem de natureza imaterial. Dessa forma, busca-se



mostrar como a festa em apreço, ganhou novas conotações políticas, sociais e culturais através de sua patrimonialização e como isso interfere na organização dos grupos populares. Os dados aqui apresentados são frutos da pesquisa de doutorado ainda em andamento, compreendendo o work de campo realizado nos anos de 2017 até 2019.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: